

Relatório de análise e ponderação das participações recebidas durante o período de discussão pública, realizado entre 30 de novembro e 28 de dezembro de 2018

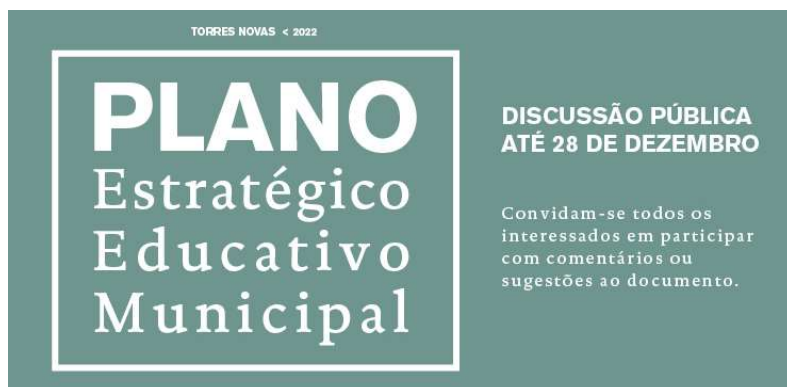
Serviços de Educação
Divisão de Educação, Cultura e Desporto
Câmara Municipal de Torres Novas
Janeiro de 2019

Período de Discussão Pública

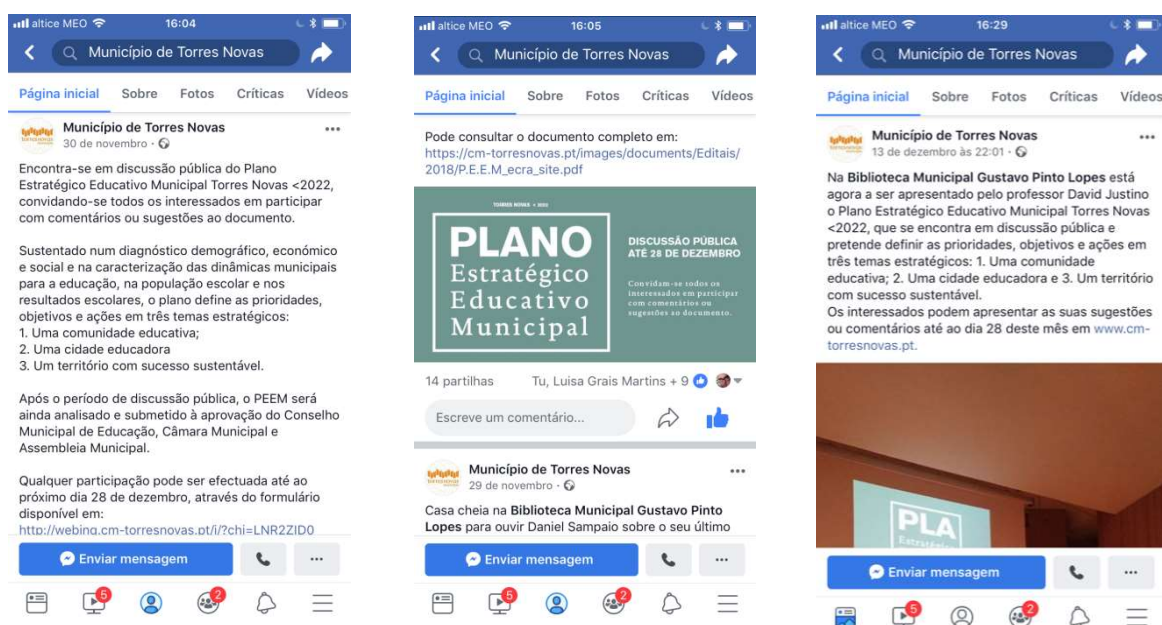
De acordo com o deliberado pela Câmara Municipal em 27 de novembro de 2018, decorreu, ao longo de 20 dias úteis, o período de discussão pública do Plano Estratégico Educativo Municipal.

O documento foi disponibilizado no site do Município no dia 30 de novembro, acompanhado de link para formulário de participação. Foi elaborada nota pública sobre esta disponibilização, com breve explicação do documento e dos seus propósitos. A nota foi divulgada no site e no facebook do município, em destaque na abertura do site, e foi realizada uma sessão pública de apresentação, no dia 13 de dezembro, à noite, na Biblioteca Municipal, com a presença da equipa da Universidade Nova que apoiou na elaboração do estudo e do seu coordenador, prof. David Justino. No momento da apresentação pública, em que estiveram presentes cerca de 40 participantes, foi efetuada notícia com nova referência à possibilidade de participação até ao dia 28 de dezembro.

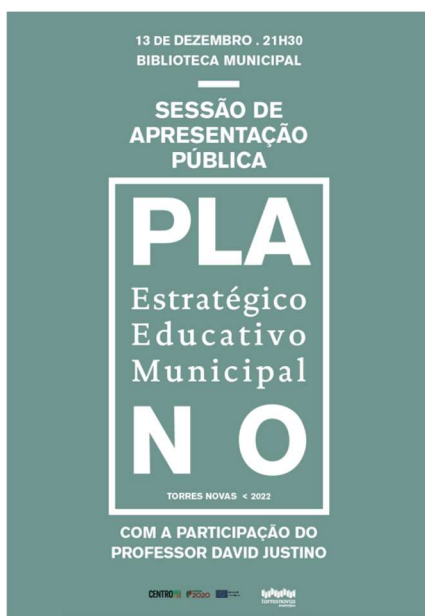
Banner (site do município)



Publicação no facebook do município



Cartaz apresentação pública



Participações

Findo o prazo referido, verificou-se que foram recebidas as oito participações identificadas na seguinte tabela:

Identificação		Participação individual/coletiva
1	João Augusto Rodrigues Faria	Representante no CME das IPSS com atividades na área da educação
2	Graça Martins	Bloco de Esquerda de Torres Novas
3	António Nogueira	Individual
4	José António Lopes Tomé	Centro de Formação de Escolas A23
5	Nuno Filipe Leitão das Neves Curado	Individual
6	João Augusto Rodrigues Faria	Individual
7	Cristina José	Associação de Pais e Encarregados de Educação EB1 Santa Maria
8	Vítor Ferreira	Choral Phydellius

Transcrevem-se, em seguida, cada uma das participações recebidas, acompanhadas da respetiva análise e apresentação de propostas de alteração ao documento.

1	João Augusto Rodrigues Faria	Representante no CME das IPSS com atividades na área da educação
<p><i>Após concluir a leitura do P.E.E.M. e enquanto representante no CME das IPSS com atividades na área de educação devo registar que: --> A Figura 3.2.2.1. "Rede de Oferta Formativa Particular e Cooperativa do Concelho de Torres Novas", página 61 do documento, apresenta diversas incorreções, tanto ao nível da tipologia adotada (não existe "infantário" mas sim "creche" ou "pré-escolar") como ao nível das ofertas proporcionadas por cada uma das instituições aí inseridas. -->Representando a Rede Privada, em termos do Pré-Escolar, cerca de 45% da oferta total do Concelho, com todas as consequências que daí advêm em termos de construção de um percurso escolar de sucesso, não se encontra no documento qualquer ação/medida que envolva ou enquadre as crianças da Rede Privada. Torna-se pertinente que as medidas de promoção do sucesso escolar direcionadas ao Pré-escolar se alarguem à Rede Privada. Recordamos que a quase totalidade destes alunos, quando transitam para o 1.º ciclo, passam a integrar a Rede Pública. -->Registamos a ausência de qualquer referência à ação crucial da Equipa de Intervenção Precoce (ELI) -->Quando se refere "a fraca articulação entre o plano de atividades dos Agrupamentos e a oferta não formal do Município", devemos sinalizar que tal também ocorre na articulação com as instituições da Rede Privada.</i></p>		
Análise	<p>A figura 3.2.2.1 tem, de facto, incorreções ao nível da legenda e valências indicadas nalguns casos, assim como também surge, erradamente, a referência ao CEPTON como estabelecimento da rede privada na figura 3.2.1.1.</p> <p>O PEEM enquadra, prioritariamente, as medidas que visam a promoção do sucesso escolar junto dos estabelecimentos públicos, no atual quadro de financiamento, e dentro do âmbito de atuação do município. Ainda assim, no contexto do Tema II e especificamente no que respeita às ofertas educadoras (biblioteca, teatro, museu, ambiente, desporto) todos os estabelecimentos de ensino, independentemente da natureza da rede a que pertencem, continuarão a ser públicos-alvo considerados. Há ainda outras medidas que carecem da mobilização e participação de todas as entidades que queiram participar ou colaborar, p.e., nas propostas de atividades extra escolares, na informação a disponibilizar no portal de educação, ou no próprio workshop anual com professores.</p> <p>O Município tem colaborado com a Equipa Local de Intervenção Precoce equipa, assim como com outras equipas e projetos na comunidade com relevância nestas áreas e é receptivo a novas propostas apresentadas, devendo, de facto, haver uma referência no PEEM a isso mesmo.</p> <p>O objetivo de conseguir uma melhor articulação entre as ofertas não formais com as escolas e outras entidades encontra-se plasmado na ação 3.1.2.</p>	
Proposta	<p>Corrigir as incorreções das figuras 3.2.1.1 e 3.2.2.1 (p.119 e 120).</p> <p>Introduzir a seguinte frase, relativa às parcerias estratégicas para a educação: <i>Na área da intervenção precoce, inclusão e outras necessidades específicas da população escolar e respetivas famílias, saliente-se o papel da CPCJ, ou ainda a colaboração regular com a atividade da Equipa Local de Intervenção Alcanena/Torres Novas e com o próprio CRIT, entre outras estruturas e projetos locais</i> (p. 125).</p>	

2	Graça Martins	Bloco de Esquerda de Torres Novas
<p><i>Transporte Escolar gratuito 100% inclusive ENS. SEC.; Aumentar o número de Pessoal; Ocupação significativa do tempo livre dos jovens – O Município deveria implementar o acesso a cursos e/ou laboratórios académicos, científicos e/ou artísticos de verão, em colaboração com outras entidades formativas regionais, nacionais ou internacionais; Animadores e Educadores de Rua – Criação de uma bolsa de animadores e educadores de rua, como forma alternativas de viver a cidade e a sua cultura; Diversificar Parcerias formais e não formais para uma educação em rede –verifica-se a ausência de outras entidades que poderiam assegurar a formação cívica, pessoal e sentido de pertença dos jovens em situação de abandono escolar e/ou de risco, como os Bombeiros Voluntários; Escola Prática de polícia; Programas Nacionais ou internacionais de voluntariado jovem; O Centro Hospitalar do Médio Tejo; O centro de Saúde, Produtores locais e regionais; As próprias cantinas escolares, como espaço de aprendizagem para uma alimentação saudável - promotora de saúde, empresas da região, etc.; Práticas ecoeducativas - Criação, dinamização, consolidação ou a promoção de hortas biológicas escolares. Reabilitar as cantinas escolares para esta aprendizagem através de alimentação não empresarial; Formação contínua de professores - Painéis ou fóruns de discussão e análise com o centro de formação A23, para a atualização das práticas e criação de espaços reflexivos, tendo em vista os novos dispositivos legais.</i></p> <p><i>O PEEM assenta numa condição de continuidade, conforme foi relatado na sua apresentação dia 13/12, sendo de pouco rasgo e nenhuma ousadia, num momento em que as escolas se confrontam com importantes alterações de paradigmas escolares mais holísticos, mais centrados na expectativa dos alunos e não tanto do adulto, mais conscientes da importância da formação integral dos estudantes, mais consentâneos com uma atualidade que exige, cada vez mais, indivíduos capazes de optar criticamente sobre a informação disponibilizada e atuar de forma consciente face aos dilemas e desafios que estão a ser colocados no mundo global. Com conceitos que se situam em perceções do final do século passado, reflexo das inovações tecnológicas, de aumento de produtividade, competitividade e de cariz empresarial, alertamos que este início de século repõe a necessidade de bom senso na defesa de uma ecologia sustentável e inteligente, na dimensão identitária, na produção de alimentos e alimentação saudável, no respeito pelos seres vivos, na perceção que a mudança de hábitos de vida é determinante numa sociedade constituída por indivíduos capazes de contribuir para um Município multicultural, inclusivo, inovador e educativo, propiciador dos mesmos direitos, deveres e oportunidades para todos. O conjunto das ações propostas constituem propostas de fraca ambição, pouco inovadoras, muitas vezes atávicas e quase sempre apáticas, quando falamos do verdadeiro envolvimento da população educativa numa vida escolar participada, colaborativa, colorida e viva, num propósito que se pretende de desenvolvimento e, por princípio, diferenciador em relação ao panorama regional.</i></p>		

Análise	<p>Os transportes escolares são gratuitos em toda a escolaridade e comparticipados em 50% no caso do ensino secundário conforme aplicação da legislação nacional que enquadra o setor. Qualquer alteração que amplie as ofertas a este nível carecerá de decisão do executivo municipal em função de proposta efetiva e orçamentada nesse sentido, aplicando-se o mesmo em relação ao pessoal ao serviço nas escolas.</p> <p>O PEEM inclui propostas de reforço e melhoria para os projetos de ocupação de tempos livres já em execução e a sua ampliação para o 3.º ciclo e secundário com recursos a parcerias, estágios e contacto com instituições de ensino superior (ver ações 2.1.1, 2.2.1 e 2.2.2). Tem havido, nestas atividades, uma preocupação de envolvimento com a comunidade, com atores como os descritos (bombeiros, polícia, produtores locais, entre outros), mas reconhece-se a necessidade de diversificação referida, que ficou assumida nas metas 2.1 e 2.2.</p> <p>São referidas algumas ideias relevantes em diferentes dimensões (animadores de rua, alimentação saudável, hortas pedagógicas), não concretizadas em propostas concretas de alteração ao documento.</p> <p>Com o Centro de Formação A23 tem havido uma colaboração no sentido de proporcionar o contacto com novas práticas pedagógicas, outras experiências e debates em cursos na educação, incluindo também formação para o pessoal não docente, colaboração que, por lapso, não se encontra referida no documento.</p> <p>São ainda efetuadas várias considerações sobre o cariz pouco inovador, diferenciador ou ambicioso do documento. A este propósito saliente-se que a opção, face aos objetivos do documento transpostos na visão, missão e princípios orientadores do PEEM, recaiu sobre a inclusão de ações claras e realistas face à intervenção do município, ao período de execução definido, e ouvidos os estabelecimentos de ensino. Neste sentido, parece-nos haver uma diferenciação ao que é a prática regional neste domínio.</p>
Proposta	<p>São apresentadas propostas de ação acrescidas, que carecem de melhor definição e decisão de aprovação, fora do âmbito do PEEM.</p> <p>Clarificar a diversificação pretendida na ação 2.1.1. (OE2, Meta 2.1), substituindo a sua descrição pela seguinte frase: <i>Coordenar, com clubes, associações culturais, desportivas e demais entidades, de protecção civil, ambiente, apoio social, produtores e empresas locais, ou outras, as ofertas disponíveis no concelho</i> (p. 41, 202, 204).</p> <p>Incluir referências ao Centro de Formação de Professores A23 e à sua participação em atividades de formação como a ação anual “Os Dias da Escola” no capítulo “A estratégia para a educação em Torres Novas”, no parágrafo relativo à atividade no Caderno 3 (3.5 Medidas para a promoção do sucesso escolar, p.127) e na operacionalização das ações que respeitem a formação (1.1.3 e 6.4.4, p. 200, 202, 204, 212, 214 e 216).</p>

3	António Nogueira	Individual
<p><i>Tal como fiz notar no dia da apresentação ao sr. vereador da educação, não acho correto que os dados estatísticos utilizados para caracterizar o município estejam tão desatualizados que apresentem uma realidade já inexistente. Refiro-me à referência de que os resultados em todos os níveis de ensino são aceitáveis, excepto no 2º ciclo que são muito preocupantes. Estranhamente quando o diretor do Agrup. AG se referiu a esta afirmação dizendo que há muito tempo a situação foi revertida, o coordenador do estudo não pareceu muito surpreendido e na tal conversa privada o sr. vereador disse que era natural porque os dados utilizados eram do MISI de 2012. Ora se o estudo começou em 2017 e ainda está em discussão e os últimos dados conhecidos são de 2016, porquê usar os de 2012? Também não acho que seja suficiente colocar uma adenda referindo isso, pois se o estudo não está fechado, os dados devem ser corrigidos, pois só assim o diagnóstico poderá ter alguma validade.</i></p>		
Análise	<p>Num trabalho de diagnóstico com estas características há sempre o risco da atualidade dos dados. Alguma confusão terá ocorrido com as datas indicadas, porque, de facto, o capítulo relativo aos resultados, foi efectuado com a base mais recente disponível, não só de 2012 mas centrando-se a análise nalguns casos nas médias e evolução 2012-2015 e noutros 2012-2017. Não obstante, assume-se que a situação atual possa já não estar totalmente refletida no diagnóstico.</p>	
Proposta	<p>Não efetuar qualquer correcção no diagnóstico. Procurar, no final do período de execução (2021/2022), ter uma nova situação de referência com os dados mais actualizados possíveis.</p>	

4	José António Lopes Tomé	Centro de Formação de Escolas A23
<p><i>O Plano Estratégico Educativo Municipal não faz qualquer referência ao Centro de Formação de Escolas A23. Um documento estratégico desta importância não deve deixar de lado instituições que têm sede em Torres Novas e que têm um histórico de colaboração e parceria com a CMTN. O Centro de Formação de Escolas A23 representa 12 Agrupamentos de Escolas, inseridos em 9 Municípios, mas tem a sua sede na Escola Maria Lamas. No ano anterior, no âmbito do PNPSE (Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar), o CFA23 organizou, geriu e coordenou a formação de cerca de 1400 docentes na sua área geográfica de intervenção. Também é de relevar a importância dos encontros designados “Os dias da escola”, em parceria com a CMTN, realizados nos últimos tempos no início de cada ano letivo, que envolvem a formação de quase 400 docentes do Concelho de Torres Novas em cada ano e que têm trazido até nós personalidades de reconhecido mérito nacional e internacional. Por tudo o que foi indicado anteriormente, considero que a referência ao Centro de Formação de Escolas A23 é imprescindível num documento com a importância do Plano Estratégico Educativo Municipal. Sem propor alterações concretas ao texto, parece-me óbvio que o CFA23 deve ser referido nos capítulos: - dinâmicas municipais para a educação (página 15); - a estratégia para a educação de Torres Novas (página 31) – ver nota final; - eventualmente, se necessário for, alguma informação para inserir num dos cadernos. Nota final: o título “a estratégia para a educação de Torres Novas” leva a supor que a cidade de Torres Novas vai ser educada por alguém. Torres Novas, 28 de dezembro de 2018 José Tomé (diretor do Centro de Formação de Escolas A23)</i></p>		
Análise	<p>A não referência ao Centro de Formação de professores A23 é uma lacuna óbvia no documento, corroborando-se as considerações apresentadas.</p> <p>O título “A estratégia para a educação de Torres Novas” pode, de facto, ter a leitura incorrecta indicada.</p>	
Proposta	<p>Incluir referências ao Centro de Formação de Professores A23 e à sua participação em atividades de formação como a ação anual “Os Dias da Escola” no capítulo “A estratégia para a educação em Torres Novas”, no parágrafo relativo à atividade no Caderno 3 (3.5 Medidas para a promoção do sucesso escolar, p.127) e na operacionalização das ações que respeitem a formação (1.1.3 e 6.4.4, p. 200, 202, 204, 212, 214 e 216).</p> <p>Alterar o título “A estratégia para a educação de Torres Novas” para “A estratégia para a educação em Torres Novas” (índice e p.31).</p>	

5	Nuno Filipe Leitão das Neves Curado	Individual
<p><i>Quero realçar os esforços da CMTN em traçar uma estratégia para a educação em Torres Novas. No entanto, estava à espera que, sendo este um Plano Estratégico, tivesse um horizonte temporal mais longo, entre 5 a 10 anos, o horizonte padrão em planos estratégicos. Um plano estratégico delineado para apenas três anos lectivos, sendo que o primeiro já está em curso, é limitativo no tipo de ideias, acções e metas que se podem pensar, incluir e projectar nesse plano. As várias metas e acções delineadas parecem-me positivas e úteis. Mas em geral, considero que a estratégia delineada é pouco ambiciosa, pouco inovadora, e sem ter nenhum objectivo realmente estratégico, determinante ou diferenciador para a Educação no concelho. Sem conhecer todo o trabalho que, decerto, esteve por trás desse plano, pergunto-me se isso será uma consequência do limitado horizonte temporal do plano. Dos cinco princípios orientadores listados na página 34, o princípio nº 5 “Construir uma cidadania comprometida, às escalas local e global, com os valores da igualdade, coesão, inovação e sustentabilidade” deveria ser o principal e o orientador para todo o documento, porque é este o objectivo último de um bom processo educativo. No entanto, ele é pouco considerado no resto do documento, não havendo metas ou acções que procurem abordá-lo explicitamente. Outra lacuna que poderia ter sido abordada é a visão do concelho relativamente à flexibilidade curricular, já possível neste momento, e a sua evolução nos próximos anos.</i></p> <p><i>Relativamente a alguns pontos concretos do documento: - Considero que a meta 3.2 (Potenciar a contextualização dos currículos nacionais através da utilização/ rentabilização de recursos concelhios) das mais prioritárias do documento, sendo dos poucos objectivos realmente estruturantes do documento. Esta meta é a que tem o potencial de contextualizar a educação na realidade (local, neste caso), algo muito em falta no nosso sistema de ensino. Bem executado, torna o processo educativo de um processo geral para uma realidade palpável. Por isso, não entendo porque é que apenas se planeia começar a ser executada no último ano do Plano. Devia ser iniciada já no próximo ano lectivo (ou até neste com o objectivo 3.1.2). Considero esta meta bem mais importante e prioritária que, por exemplo, a criação do Portal (metas 4.1 e 4.2), que no fundo é apenas mais uma ferramenta. - A acção 5.2.1 (Promover a participação de funcionários municipais em programas de qualificação e validação de competências) parece-me de extrema importância, desde que se promova a aquisição de conhecimentos e aptidões que sejam, de facto, um valor acrescentado ao trabalho dos funcionários (através de formações especializadas, por exemplo) e não apenas um processo para validar competências ou obter equivalências a graus de ensino. - Relativamente à meta 6.1 (Promover a frequência de creche e pré-escolar), caso se verifique que a oferta actual na rede pública não é suficiente, que medidas estão previstas? Não há menção a isso no documento e isso sim, seria o mais importante a constar num documento estratégico como este. De que vale organizar acções de sensibilização junto das famílias, se não houver oferta suficiente na cidade e no concelho? Com os melhores cumprimentos, Nuno Curado</i></p> <p><i>Seria positivo, no seguimento de um processo de participação pública aberto e transparente, que se publicasse um resumo dos principais contributos apresentados neste processo e quais deles serão tidos em conta na próxima versão deste documento.</i></p>		

Análise	<p>A questão do prazo de execução prende-se com um dos propósitos iniciais do PEEM, descrito na sua missão, que se relaciona com o atual quadro de financiamento, com a necessidade de ter um documento de referência para as ações em curso e um quadro claro de indicadores, que permita concluir, no final deste período, que melhorias se registaram, o que resultou e não resultou.</p> <p>Tentou-se um equilíbrio de ações pelos diferentes princípios enunciados, ficando o princípio <i>Construir uma cidadania comprometida, às escalas local e global, com os valores da igualdade, coesão, inovação e sustentabilidade</i> considerado nas Prioridades 2 e 3, admitindo-se uma eventual limitação do seu alcance, tal como referido. A este propósito saliente-se que, também face ao período de execução e capacidade de realização, a opção recaiu na definição de um documento objetivo e realista, e que se procurará dar especial dimensão a este 5.º princípio através da diversificação das atividades extra-escolares (ação 2.1.1.) e do plano anual de ofertas educadoras (meta 3.1).</p> <p>Em relação à flexibilidade curricular, é de referir que estamos claramente no domínio de intervenção das escolas, cabendo ao município um papel de facilitador e de disponibilização de condições para o bom desempenho dos projetos empreendidos. Nesta área, o município já promoveu formação, disponibilizou manuais e tem respondido aos pedidos de colaboração das escolas.</p> <p>A meta 3.2, incluída no objetivo estratégico 3 é, de facto, crucial e prioritária, mas talvez a mais complexa face à dinâmica de trabalho quotidiano das escolas. A opção de remeter as ações para o terceiro ano prendeu-se com a observação desta complexidade, deixando que, por mais tempo, sejam assimiladas, por um lado as novas dinâmicas da flexibilidade, por outro o próprio desenvolvimento e envolvimento com o plano de ofertas do município previsto na meta 3.1.</p> <p>A ação 5.2.1 promove, em concreto, o programa Qualifica, os seus pressupostos e metodologia no âmbito da validação e certificação de competências da população adulta. É um programa nacional que está ao alcance de todos os cidadãos, sendo que o diagnóstico refere uma percentagem maior de população desempregada no escalão etário dos 35 aos 54 anos, para quem este processo de certificação poderá constituir uma oportunidade.</p> <p>A meta 6.1. parte da perceção de necessidade de valorização do papel de uma educação pré-escolar anterior ao atual ciclo existente no país (3 a 5 anos de idade), cada vez mais reconhecida no desenvolvimento da criança e na influência do seu percurso futuro. Decorrente da monitorização proposta, o município pode ter um papel importante na ampliação da oferta local, apoiando as instituições que têm esta valência, em obras, apoio técnico ou suporte financeiro, como de resto já aconteceu, ou através de outras iniciativas, não do âmbito do presente documento, mas decorrente de outras competências próprias.</p>
Proposta	<p>Clarificar a diversificação pretendida na ação 2.1.1. (OE2, Meta 2.1), substituindo a sua descrição pela seguinte frase: <i>Coordenar, com clubes, associações culturais, desportivas e demais entidades, de protecção civil, ambiente, apoio social, produtores e empresas locais, ou outras, as ofertas disponíveis no concelho</i> (p. 41, 202, 204).</p> <p>Na descrição da ação 3.1.1 (OE3, Meta 3.1) clarificar as áreas de abrangência do plano, substituindo-a pela seguinte: <i>Criar equipa com elementos dos vários serviços municipais, executar e avaliar plano que inclua, entre outras, as dimensões culturais, patrimoniais, desportivas, ambientais e de cidadania</i> (p.42, 206).</p>

6	João Augusto Rodrigues Faria	Individual
<p>A leitura do P.E.E.M. suscita-me os seguintes comentários/sugestões: --> Na página 18, ponto 5, refere-se "Construir uma cidadania comprometida, às escalas local e global, com os valores da igualdade, coesão, inovação e sustentabilidade." Penso ser pertinente acrescentar "inclusão", dando ênfase e atualidade ao conceito e objetivos sustentados pelo Dec-Lei 54/2018. A entrada em vigor deste diploma "obriga" a que o P.E.E.M. absorva os ideais nele plasmados, que proponha modos de articulação entre parceiros, envolvendo-os. Constatado que a "inclusão" é uma expressão pontualmente enunciada e de forma dispersa. Constatado ainda a total ausência de referências a entidades incontornáveis nesta temática (CRIT; ELI...) --> Ainda na mesma página refere-se "melhorar os programas de enriquecimento curricular e de ocupação dos tempos livres dos alunos, aproveitando os espaços proporcionados pela flexibilidade curricular". Não se explicita como, onde, de que modo, se convoca "a flexibilidade curricular". A "flexibilidade curricular" implica grande enfoque no que pretendemos para o currículo dos discentes, problemática que nunca é abordada no documento. --> Na página 8 refere-se "Como aspetos menos positivos, evidencia-se a dispersão da oferta formativa profissional de nível IV, a fraca valorização desta oferta formativa quando mais associada aos eixos de desenvolvimento económico do concelho;". Concordo totalmente. No entanto o documento não preconiza ações que permitam minimizar estes aspetos menos positivos. O próprio P.E.E.M. é potenciador de uma fraca valorização do ensino profissional pois os dados nele contidos são mínimos. Não analisa a empregabilidade que proporcionam, as saídas profissionais, as áreas de trabalho mais carenciadas, como articular com o tecido empresarial,... --> Refere-se ainda a existência do CEPTON e do Ensino Superior Profissional. Não se apresentam dados estatísticos, não se percebendo o número de alunos, de turmas, porquê estes cursos e não outros.</p> <p>Na página 59 refere-se "O 1º ciclo do Ensino Básico absorvia perto de 27% dos alunos inscritos nos estabelecimentos escolares públicos (Agrupamentos) do concelho de Torres Novas, percentagem que aumentou, para perto de 40% no ano letivo 2016/2017." Aparentemente os dados percentuais apresentados são incoerentes. --> Na página 60 refere-se "Nota-se a ausência de educação e formação de adultos na rede pública, que, no entanto, parece ser colmatada pela rede privada deste concelho." , sem sustentar a afirmação, não referenciando que rede privada existe. --> Na página 78, refere-se como pontos fracos "a assimetria entre agrupamentos quanto à média no tempo de serviço da população docente", sem que o documento sustente esta afirmação com qualquer tipo de dados. --> Registrar que o documento não faz qualquer referência ao CF de Professores A23, parceiro fulcral e incontornável de toda a comunidade educativa, tanto na formação docente como não docente. --> Relativamente ao sucesso escolar constato a análise centrada quase exclusivamente nos dados obtidos através da avaliação externa. Como aspetos meramente opinativos sou a referir o facto de não ter apreciado a recuperação do conceito já fora de moda de "Porta Norte de Lisboa", de temer que o Portal não atinja os objetivos a que se propõe (relembro o nado-morto Portal Acontece) pois a CIMT vai criar um Portal, o ME também, a CMTN....</p>		

Análise	<p>Quando, ao nível dos princípios se refere a construção de uma cidadania comprometida às escalas local e global, com os valores da igualdade e da coesão, há uma clara evocação da promoção da inclusão por via promoção da igualdade de oportunidades que se visa prosseguir com as ações propostas.</p> <p>Regista-se a recente entrada em vigor de um normativo relativo à educação inclusiva, mas o PEEM, instrumento municipal, plasma as opções locais e a intervenção no quadro das competências próprias do município.</p> <p>A não referência à Equipa Local de Intervenção Precoce ou ao CRIT deve ser colmatada.</p> <p>Considera-se que a flexibilidade curricular pode ser motivadora de uma relação mais próxima com a realidade local e que isso poderá ajudar também nos projetos de enriquecimento curricular ou programas de tempos livres. Mas ainda em relação à flexibilidade curricular, salientamos que esta é claramente um domínio de intervenção das escolas, cabendo ao município um papel de facilitador e de disponibilização de condições para o bom desempenho dos projetos empreendidos. Para a concertação da oferta formativa profissional não é prevista qualquer ação específica do PEEM. Esta concertação depende de factores que não são exclusivos nem ao município nem a qualquer uma das escolas, havendo, nesta altura, um esforço de coordenação sub-regional, onde participam a própria tutela do ME e a ANQEP. Manter-se-ão as práticas de concertação já desenvolvidas há vários anos, identificadas como oportunidade nesta área (p.132 e 133).</p> <p>Em relação à não inclusão de mais dados estatísticos relativos quer à oferta quer à procura de ofertas formativas profissionais, bem como da respetiva empregabilidade, assume-me que a análise poderia ser mais completa a este nível. Mas saliente-se que o PEEM não é um instrumento de planeamento como a Carta Educativa, sendo sim, o documento orientador da intervenção do município na área de educação para o período de referência do atual quadro de financiamento.</p> <p>Em relação aos dados indicados no texto relativo ao 1.º ciclo (p.117), há de facto uma incorrecção quando se refere que o peso deste nível “aumentou para perto de 40%”.</p> <p>A referência <i>"Nota-se a ausência de educação e formação de adultos na rede pública, que, no entanto, parece ser colmatada pela rede privada deste concelho"</i> (p. 118) encontra-se descontextualizada, no seguimento da abordagem aos diferentes níveis e ciclos de ensino.</p> <p>Os dados relativos às idades e média dos tempos de serviços do pessoal docente, diferenciados por agrupamento, encontram-se na página 149.</p> <p>A não referência ao Centro de Formação de Professores A23 é uma lacuna óbvia do documento.</p> <p>Os dados de sucesso prendem-se com as bases de dados disponíveis, muito centradas nos resultados dos exames e também nos níveis de retenção e atraso, utilizados para uma base comparativa regional e nacional. Por não se considerarem bastantes, foram definidas as ações 8.1.1 e 8.1.2 que prevêem uma definição conjunta de indicadores de sucesso e a articulação para a sua recolha.</p>
---------	---

Proposta	<p>Introduzir a seguinte frase, relativa às parcerias estratégicas para a educação: <i>Na área da intervenção precoce, inclusão e outras necessidades específicas da população escolar e respetivas famílias, saliente-se o papel da CPCJ, ou ainda a colaboração regular com a atividade da Equipa Local de Intervenção Alcanena/Torres Novas e com o próprio CRIT, entre outras estruturas e projetos locais.</i> (p. 125)</p> <p>Alterar texto da página 117, ficando a seguinte frase: <i>“O 1º ciclo do Ensino Básico absorvia perto de 27% dos alunos inscritos nos estabelecimentos escolares públicos (Agrupamentos) do concelho de Torres Novas, percentagem que aumentou no ano letivo 2016/2017.”</i></p> <p>Retirar da página 118 a última frase: <i>“Nota-se a ausência de educação e formação de adultos na rede pública, que, no entanto, parece ser colmatada pela rede privada deste concelho”</i>, por se encontrar descontextualizada, introduzindo a seguinte, no ponto 3.3. oferta do município para a educação formal e não formal: <i>Na área da educação de adultos e com participação do município, deve ser destacada a existência de um pólo de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com apoio à requalificação e orientação de pessoas em situação de desemprego, e do centro Qualifica da Escola Profissional de Torres Novas, na área do reconhecimento e validação de competências.</i> (p.124).</p> <p>Incluir referências ao Centro de Formação de Professores A23 e à sua participação em atividades de formação como a ação anual “Os Dias da Escola” no capítulo “A estratégia para a educação em Torres Novas”, no parágrafo relativo à atividade no Caderno 3 (3.5 Medidas para a promoção do sucesso escolar, p.127) e na operacionalização das ações que respeitem a formação (1.1.3 e 6.4.4, p. 200, 202, 204, 212, 214 e 216).</p>
----------	---

7	Cristina José	Associação de Pais e Encarregados de Educação EB1 Santa Maria
<p><i>Desde já os nossos parabéns por esta iniciativa. Para nós é essencial que a Educação evolua ao nível do concelho e claro com a participação de todos. As nossas sugestões prendem-se com a necessidade crescente de oferta de apoio de tempos livres inclusivamente nas interrupções letivas na rede pública, visando não apenas o ensino pré-escolar. Por outro lado a falta de Técnicos Especializados nas Escolas, que possam apoiar alunos e Professores, promovendo e dando formação ao nível das boas práticas educativas. É necessária formação, é necessário uma equipa multidisciplinar para implementação do plano e não apenas Psicólogos. O sucesso educativo passa por bons projetos e pessoas que os saibam implementar no terreno. Gostaríamos de conhecer a equipa que irá implementar estas ações assim como nos encontramos disponíveis para o que considerarem necessário para o sucesso deste plano. Obrigada desde já!</i></p>		
Análise	<p>No que respeita às ofertas de apoio aos tempos livres nas interrupções letivas, é de salientar que o Município tem em execução há vários anos projetos para o pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos, que cobrem já todas as interrupções letivas, incluindo o mês de agosto. Esta oferta tem de ser continuamente melhorada, no sentido da diversificação e qualificação, sendo esse mesmo o propósito da ação 2.2.1. preconiza-se também a ampliação para o 3.º ciclo e secundário no âmbito da ação 2.2.2.</p> <p>Em articulação com os agrupamentos, a opção do município como priorização no combate aos factores de insucesso escolar passou pela contratação de uma equipa de mediadores para o sucesso escolar, no âmbito de uma metodologia já testada e verificada noutros contextos (metodologia EPIS). No caso, esta equipa é composta por quatro psicólogos que estão a aplicar a metodologia nos 2.º e 3.º ciclos, mas a sua função é de mediação e não de psicólogos no sentido estrito. Para um melhor conhecimento da equipa municipal e dos projetos em curso, os serviços estão sempre disponíveis e irão procurar reunir com a Associação de Pais.</p>	
Proposta	Não se propõe qualquer alteração ao documento.	

8	Victor Ferreira	Choral Phydellius
---	-----------------	-------------------

Tal qual compromisso de diálogos recentes acerca da política educativa local e dos seus agentes, vimos dar a conhecer ao município uma súmula das valências e impactos da oferta formativa em que o Conservatório de Música do Choral Phydellius – a escola torrejana que integra a rede nacional de Ensino Artístico Especializado –, se manifesta e opera no nosso concelho e na nossa região.

- *Em 1975 a escola de música toma lugar no panorama do ensino da música no Concelho de Torres Novas.*
- *Conservatório de Música com autorização de funcionamento especial concedida pelo Ministério da Educação desde 14/09/1993.*
- *Conservatório de Música com autorização definitiva de funcionamento nº 4543 concedida pelo Ministério da Educação desde 01/09/1996.*
- *Oferta educativa:*
- *Cursos Básicos Música (1º ao 5º Grau) e Secundários de Música (6º ao 8º grau) de:*
- *Acordeão, Guitarra, Violoncelo, Oboé, Eufónio, Tuba, Violino, Viola D'Arco, Trompa, Trombone, Órgão, Trompete, Canto, Saxofone, Percussão, Bateria, Clarinete, Piano e Flauta Transversal.*
- *Corpo Docente: 26 professores licenciados maioritariamente detentores de profissionalização.*
- *Média anual de 250 alunos dos quais média de 160 com frequência de cursos oficiais.*
- *162 alunos financiados pelo Ministério da Educação no ano letivo 2018/2019.*
- *Certificação de obtenção de cursos básico de música e secundário de música.*
- *Certificação da obtenção de nível 2 e 3 de classificação do Quadro Nacional de Qualificações com a conclusão do 9º e 12º anos de escolaridade.*

Quadro resumo do nº de alunos por curso e regime de frequência ao longo dos últimos 5 anos

<i>Cursos e Regimes</i>	<i>Nº de Alunos 2014/15</i>	<i>Nº de Alunos 2015/16</i>	<i>Nº de Alunos 2016/17</i>	<i>Nº de Alunos 2017/18</i>	<i>Nº de Alunos 2018/19</i>
<i>Iniciações</i>	33	21	16	20	16
<i>Cursos básicos, regime articulado</i>	164	147	156	158	157
<i>Cursos básicos, regime supletivo</i>	30	27	24	16	18
<i>Cursos secundários, regime articulado</i>	5	7	4	5	5
<i>Cursos secundários, regime supletivo</i>	15	15	18	13	13
<i>Cursos livres</i>	29	27	26	43	42
<i>TOTAIS</i>	276	244	244	255	251

A ação do CMCP congrega nas volumetrias e nas tipologias acima descritas um conjunto de entidades parceiras através de protocolos firmados () ou de parcerias informais, visando os objetivos e o interesse estratégico, nomeada e actualmente:*

Município de Torres Novas (); Ministério da Educação e Ciência (*); Agrupamento de Escolas Gil Paes (*); Escola EB-2,3 Luís de Camões, Constância (*); Agrupamento de Escolas da Chamusca (*); Teatro Virgínia (*); Escola Superior de Música de Lisboa (*); Universidade Nova de Lisboa / Academia Metropolitana de Lisboa (*); Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes; Museu Municipal Carlos Reis; Centro de Reabilitação e Integração Torrejano; Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas; Bandas filarmónicas do concelho de Torres Novas*
Julgamos que a presente caracterização descreve e sintetiza a condição formativa do CMCP. Colocamo-vos à V. disposição prestar informação de mais conteúdos específicos que nos solicitem e que relevem para a ação educativa formal ou informal do nosso município.

Análise	<p>Como referido na Missão, o PEEM tem como objetivo orientar e definir as linhas de intervenção do município na área da educação durante o atual quadro de financiamento e em referência aos objetivos de promoção do sucesso escolar a que se encontra vinculado. Nunca foi objetivo do documento uma caracterização exaustiva de todas a rede de ofertas existente, tal como se efectua no âmbito de um instrumento de planeamento como a Carta Educativa. Há referências no documento ao papel do Choral Phydellius no que respeita aos projetos do pré-escolar e 1.º ciclo, mas a participação do Conservatório de Música do Choral Phydellius prender-se-á sobretudo com o facto da sua oferta formativa não estar apresentada, tal como acontece para outros atores no capítulo “Rede escolar privada”. Por se tratar, de facto, de um estabelecimento com estas características e de extrema abrangência e relevância no âmbito da oferta local do ensino artístico especializado, considera-se que esta informação deve ser incluída no PEEM.</p>
---------	--

Proposta

Introduzir informação sobre apresentação do CMCP e oferta de ensino artístico especializado na continuação do ponto 3.2 Rede escolar privada, Caderno 3 (p.123), com o seguinte teor:

No âmbito do ensino artístico especializado é de referir o papel desempenhado pelas valências e oferta formativa do Conservatório de Música do Choral Phydellius (CMCP), para além dos projetos já mencionados de colaboração ao nível da educação formal na educação pre-escolar e 1.º ciclo. O CMCP tem o seguinte enquadramento, valências e abrangência:

- Em 1975 a escola de música toma lugar no panorama do ensino da música no Concelho de Torres Novas.*
- Conservatório de Música com autorização de funcionamento especial concedida pelo Ministério da Educação desde 14/09/1993.*
- Conservatório de Música com autorização definitiva de funcionamento nº 4543 concedida pelo Ministério da Educação desde 01/09/1996.*
- Oferta educativa:*
- Cursos Básicos Música (1º ao 5º Grau) e Secundários de Música (6º ao 8º grau) de:*
- Acordeão, Guitarra, Violoncelo, Oboé, Eufónio, Tuba, Violino, Viola D’Arco, Trompa, Trombone, Órgão, Trompete, Canto, Saxofone, Percussão, Bateria, Clarinete, Piano e Flauta Transversal.*
- Corpo Docente: 26 professores licenciados maioritariamente detentores de profissionalização.*
- Média anual de 250 alunos dos quais média de 160 com frequência de cursos oficiais.*
- 162 alunos financiados pelo Ministério da Educação no ano letivo 2018/2019.*
- Certificação de obtenção de cursos básico de música e secundário de música.*
- Certificação da obtenção de nível 2 e 3 de classificação do Quadro Nacional de Qualificações com a conclusão do 9º e 12º anos de escolaridade.*

Quadro resumo do nº de alunos por curso e regime de frequência ao longo dos últimos 5 anos

Cursos e Regimes	Nº de Alunos 2014/15	Nº de Alunos 2015/16	Nº de Alunos 2016/17	Nº de Alunos 2017/18	Nº de Alunos 2018/19
Iniciações	33	21	16	20	16
Cursos básicos, regime articulado	164	147	156	158	157
Cursos básicos, regime supletivo	30	27	24	16	18
Cursos secundários, regime articulado	5	7	4	5	5
Cursos secundários, regime supletivo	15	15	18	13	13
Cursos livres	29	27	26	43	42
TOTAIS	276	244	244	255	251

A ação do CMCP congrega nas volumetrias e nas tipologias acima descritas um conjunto de entidades parceiras através de protocolos firmados ou de parcerias informais com: Município de Torres Novas (Museu, Teatro, Biblioteca); Ministério da Educação e Ciência (); Agrupamento de Escolas Gil Paes (*); Escola EB-2,3 Luís de Camões, Constância (*); Agrupamento de Escolas da Chamusca (*); Escola Superior de Música de Lisboa (*); Universidade Nova de Lisboa / Academia Metropolitana de Lisboa (*); Centro de Reabilitação e Integração Torrejano; Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas; Bandas filarmónicas do concelho de Torres Novas.*

Síntese de propostas de alteração

- Corrigir as incorrecções das figuras 3.2.1.1 e 3.2.2.1 (p.119 e 120).

- Introduzir a seguinte frase, relativa às parcerias estratégicas para a educação:

Na área da intervenção precoce, inclusão e outras necessidades específicas da população escolar e respetivas famílias, saliente-se o papel da CPCJ, ou ainda a colaboração regular com a atividade da Equipa Local de Intervenção Alcanena/Torres Novas e com o próprio CRIT, entre outras estruturas e projetos locais (p. 125).

- Clarificar a diversificação pretendida na ação 2.1.1. (OE2, Meta 2.1), substituindo a sua descrição pela seguinte frase:

Coordenar, com clubes, associações culturais, desportivas e demais entidades, de protecção civil, ambiente, apoio social, produtores e empresas locais, ou outras, as ofertas disponíveis no concelho (p. 41, 202, 204).

- Incluir referências ao Centro de Formação de Professores A23 e à sua participação em atividades de formação como a ação anual “Os Dias da Escola” no capítulo “A estratégia para a educação em Torres Novas”, no parágrafo relativo à atividade no Caderno 3 (3.5 Medidas para a promoção do sucesso escolar, p.127) e na operacionalização das ações que respeitem a formação (1.1.3 e 6.4.4, p. 200, 202, 204, 212, 214 e 216).

- Alterar o título “A estratégia para a educação de Torres Novas” para “A estratégia para a educação em Torres Novas” (índice e p.31).

- Na descrição da ação 3.1.1 (OE3, Meta 3.1) clarificar as áreas de abrangência do plano, substituindo-a pela seguinte:

Criar equipa com elementos dos vários serviços municipais, executar e avaliar plano que inclua, entre outras, as dimensões culturais, patrimoniais, desportivas, ambientais e de cidadania (p.42, 206).

- Alterar texto da página 117, ficando a seguinte frase:

O 1º ciclo do Ensino Básico absorvia perto de 27% dos alunos inscritos nos estabelecimentos escolares públicos (Agrupamentos) do concelho de Torres Novas, percentagem que aumentou no ano letivo 2016/2017.

- Retirar da página 118 a última frase: *Nota-se a ausência de educação e formação de adultos na rede pública, que, no entanto, parece ser colmatada pela rede privada deste concelho*, por se encontrar descontextualizada, introduzindo a seguinte, no ponto 3.3. oferta do município para a educação formal e não formal:

Na área da educação de adultos e com participação do município, deve ser destacada a existência de um pólo de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com apoio à requalificação e orientação de pessoas em situação de desemprego, e do centro Qualifica da Escola Profissional de Torres Novas, na área do reconhecimento e validação de competências. (p.124).

- Introduzir informação sobre apresentação do CMCP e oferta de ensino artístico especializado na continuação do ponto 3.2 Rede escolar privada, Caderno 3 (p.123), com o seguinte teor:

No âmbito do ensino artístico especializado é de referir o papel desempenhado pelas valências e oferta formativa do Conservatório de Música do Choral Phydellius (CMCP), para além dos projetos já mencionados de colaboração ao nível da educação formal na educação pre-escolar e 1.º ciclo. O CMCP tem o seguinte enquadramento, valências e abrangência:

- . Em 1975 a escola de música toma lugar no panorama do ensino da música no Concelho de Torres Novas.*
- . Conservatório de Música com autorização de funcionamento especial concedida pelo Ministério da Educação desde 14/09/1993.*
- . Conservatório de Música com autorização definitiva de funcionamento nº 4543 concedida pelo Ministério da Educação desde 01/09/1996.*
- . Oferta educativa: Cursos Básicos Música (1º ao 5º Grau) e Secundários de Música (6º ao 8º grau) de: Acordeão, Guitarra, Violoncelo, Oboé, Eufónio, Tuba, Violino, Viola D'Arco, Trompa, Trombone, Órgão, Trompete, Canto, Saxofone, Percussão, Bateria, Clarinete, Piano e Flauta Transversal.*
- . Corpo Docente: 26 professores licenciados maioritariamente detentores de profissionalização.*
- . Média anual de 250 alunos dos quais média de 160 com frequência de cursos oficiais. 162 alunos financiados pelo Ministério da Educação no ano letivo 2018/2019.*
- . Certificação de obtenção de cursos básico de música e secundário de música.*
- . Certificação da obtenção de nível 2 e 3 de classificação do Quadro Nacional de Qualificações com a conclusão do 9º e 12º anos de escolaridade.*

Quadro resumo do nº de alunos por curso e regime de frequência ao longo dos últimos 5 anos

<i>Cursos e Regimes</i>	<i>Nº de Alunos 2014/15</i>	<i>Nº de Alunos 2015/16</i>	<i>Nº de Alunos 2016/17</i>	<i>Nº de Alunos 2017/18</i>	<i>Nº de Alunos 2018/19</i>
<i>Iniciações</i>	33	21	16	20	16
<i>Cursos básicos, regime articulado</i>	164	147	156	158	157
<i>Cursos básicos, regime supletivo</i>	30	27	24	16	18
<i>Cursos secundários, regime articulado</i>	5	7	4	5	5
<i>Cursos secundários, regime supletivo</i>	15	15	18	13	13
<i>Cursos livres</i>	29	27	26	43	42
<i>TOTAIS</i>	276	244	244	255	251

A ação do CMCP congrega nas volumetrias e nas tipologias acima descritas um conjunto de entidades parceiras através de protocolos firmados ou de parcerias informais com: Município de Torres Novas (Museu, Teatro, Biblioteca); Ministério da Educação e Ciência (); Agrupamento de Escolas Gil Paes (*); Escola EB-2,3 Luís de Camões, Constância (*); Agrupamento de Escolas da Chamusca (*); Escola Superior de Música de Lisboa (*); Universidade Nova de Lisboa / Academia Metropolitana de Lisboa (*); Centro de Reabilitação e Integração Torrejano; Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas; Bandas filarmónicas do concelho de Torres Novas.*